



**Local:** salão nobre do edifício sede do município de Armamar. -----

**Data:** 29 de dezembro de 2025 -----

**Abertura da reunião:** nove horas e trinta e sete minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da Assembleia Municipal de Armamar, João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Marlene Isabel Cardoso Fernandes, desempenhado as funções de primeira-secretária e Susana Isabel de Almeida Mendes, segunda-secretária. -----

O presidente da Assembleia Municipal comunicou a substituição, na presente sessão, de José António Guedes, por Ofélia Melo, de Flávia Laranjeira, por Sandra Fonseca, de Rui Gaspar, por Letícia Jesus e comunicou a ausência do presidente de junta de freguesia de São Cosmado, Nuno Santos. -----

O **presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou os presentes e dirigiu um cumprimento especial à Associação 2000, presente nesta Assembleia para fazer uma breve apresentação das atividades desenvolvidas durante o ano de 2025. -----

Informou que, nos dias 12, 13 e 14 de dezembro, decorreu, em Viana do Castelo, o XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no qual participou juntamente com o Presidente da Câmara Municipal, Márcio Morais, e o Presidente da Junta de Freguesia de Cimbres, Domingos Rodrigues. O Congresso teve como objetivo a eleição dos novos órgãos sociais, tendo sido eleitos os membros do Conselho Diretivo, da Mesa da Assembleia, do Conselho Fiscal e do Conselho Nacional. -----

Destacou a eleição do Presidente da Câmara de Pombal, Pedro Pimpão, para o Conselho Diretivo, bem como a forte representação da Comunidade Intermunicipal do Douro neste órgão, com a eleição dos Presidentes das Câmaras de Lamego, Vila Real e São João da Pesqueira. Referiu ainda a eleição da Presidente da Câmara de Matosinhos e do Presidente da Câmara de Moimenta da Beira para a Mesa do Congresso. -----



Informou que no Congresso foram debatidos três temas principais: autonomia e descentralização, financiamento local e sustentabilidade e coesão, cujas propostas foram aprovadas pela maioria dos congressistas. Por fim, deu conhecimento de que a documentação do Congresso se encontra disponível, em suporte papel, para consulta na Mesa da Assembleia. -----

Informou que chegou à Mesa da Assembleia uma comunicação do Secretário-Geral do Partido Socialista relativa ao Orçamento de Estado para 2026, dando conta de que o PS apresentou uma proposta para inclusão no referido Orçamento, estabelecendo prazos máximos de pagamento às autarquias locais no âmbito dos instrumentos de colaboração com o Estado, a qual foi aprovada. -----

**Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município** -----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

**Luís Silva** cumprimentou os presentes e os que acompanham a sessão através das redes sociais. -----

Referiu ter tido conhecimento de que a Câmara Municipal assumiu e liquidou as despesas suportadas por um anterior autarca, com a sua defesa, num processo judicial, relacionado com alegadas irregularidades no exercício de funções, num montante aproximado de 122.000 euros, acrescido de 12.300 euros relativos a um parecer jurídico por este solicitado, destinado a sustentar a responsabilidade da autarquia no pagamento dessas despesas. Sem colocar em causa a responsabilidade da Câmara na comparticipação dos encargos com a defesa, solicitou esclarecimentos ao Senhor Presidente sobre se, em algum momento, foi avaliada a razoabilidade e justiça do montante pago, se foi ponderada a intervenção de entidade externa, designadamente a Ordem dos Advogados, para aferição da legitimidade dos valores, e se foi analisada a responsabilidade da autarquia quanto ao pagamento do referido parecer jurídico, atendendo a que a lei prevê a assunção de despesas estritamente relacionadas com o

processo. -----

Relativamente a um segundo assunto, mencionou que é público que, com o voto contra do PSD e a abstenção do CDS, a construção da barragem de regadio de Armamar ficou novamente excluída do Orçamento do Estado. Foi questionado o Sr. Presidente sobre as diligências tomadas ou a tomar pela Câmara Municipal face a esta situação, bem como se já foi assumida alguma posição pública sobre a matéria. -----

Por fim, referiu que o grupo parlamentar do movimento Novo Rumo propõe que a Assembleia aprove um voto de repúdio relativamente à posição assumida pelo PSD, devendo o mesmo ser comunicado às entidades competentes, designadamente ao Governo, ao Ministério da Agricultura e à Assembleia da República. -----

**Presidente da junta de freguesia de Aldeias, António Fernandes,**

cumprimentou os presentes e fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

*“Hoje, já todos conhecemos o catálogo de funções ou pelouros. A instituição, dessas funções ou pelouros e a respetiva distribuição diz muito sobre muita coisa. Suscitam-nos a curiosidade algumas opções ou conjugações. Porque a análise exaustiva neste fórum não é exequível, a título de exemplo, veja-se: -----*

*Foi criada a função ou pelouro Coordenação Geral dos Serviços cujo exercício ficou na alçada do presidente da câmara municipal, mas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, vigente há muitos anos, já está previsto como competência própria do presidente da câmara municipal a coordenação dos serviços municipais. -----*

*Foi criada a função ou pelouro Relações Públicas, Externas e Institucionais cujo exercício ficou na alçada do presidente da câmara municipal, mas o Regime Jurídico das Autarquias Locais, vigente há muitos anos, já está previsto como competência própria do presidente da câmara municipal a representação do município. -----*

*Foi criada a função ou pelouro Relações Públicas, Externas e Institucionais cujo exercício ficou na alçada do presidente da câmara municipal, mas a função ou pelouro Comunicação e*



Imagem Institucional pertence à vereadora Sara Gouveia Paula. -----

A Cultura e o Turismo, o Património Edificado, Cultural e Religioso, o Comércio, Mercados e Feiras, são funções ou pelouros cujo exercício foi confiado à vereadora Sara Gouveia Paula, mas a função ou pelouro Marketing Territorial é incumbência do presidente da câmara municipal. --

O Ordenamento do Território é função ou pelouro da responsabilidade do vereador Luís Rodrigues, mas a função ou pelouro Desenvolvimento Económico cabe ao presidente da câmara municipal. -----

Há outras opções e conjugações questionáveis no âmbito da configuração de funções ou pelouros e da respetiva distribuição. -----

Como há opções e conjugações questionáveis na relação das funções ou pelouros com delegação e a subdelegação de competências. -----

Novamente, sem ser exaustivo, só a título de exemplo, veja-se: -----

Surpreendentemente, a Toponímia teve honras de função ou de pelouro, numa conjugação indecifrável com as funções ou pelouros Trânsito e Mobilidade, mas o titular da função ou pelouro Toponímia não tem subdelegada a competência ou poder para tomar decisões nesse âmbito. -----

O vereador Luís Rodrigues é titular das funções ou pelouros Gestão Financeira e Obras por Administração Direta. Tem, também, delegada a competência ou poder para promover a execução de obras por administração direta e tem subdelegada a competência ou poder para executar as obras por administração direta, mas não tem competência ou poder para autorizar a realização da despesa – O mesmo é dizer que, formalmente, não tem competência ou poder para mandar comprar um alfinete. -----

Aliás, o mesmo se verifica com a vereadora Sara Gouveia Paula. -----

Sem reservas, sem condições, o presidente da câmara municipal delegou totalmente no vereador Luís Rodrigues, e só, a competência ou poder para decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e a direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais – o



mesmo é dizer que o presidente da câmara municipal, formalmente, não tem poder para dar ordens aos trabalhadores. -----

No mesmo sentido, a vereadora Sara Gouveia Paula no exercício das suas competências ou pelouros, designadamente na relação com os trabalhadores, formalmente também não tem poder para dar-lhes ordens. -----

Senhor presidente da câmara municipal, o propósito desta questão não é martirizá-lo com especificidades técnicas, diga-nos tão somente se isto foi propositado ou não. Diga-nos como neste cenário perspectiva a governação.” -----

**António Azevedo** cumprimentou os presentes, desejando que tenham tido umas boas festas e que o ano de 2026 traga boas perspectivas e realizações para todos. -----

Na sua intervenção, felicitou, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores do Novo Rumo, todos os eleitos para os diversos organismos, cuja eleição teve lugar na sessão extraordinária da Assembleia de 28 de novembro, referindo que, na ocasião, não lhe foi possível fazê-lo de forma informal. Salientou que os designados têm igualmente um dever funcional de reporte perante a Assembleia, reconhecendo o exemplo dado pelo Senhor Presidente da Mesa ao prestar informação sobre as entidades para as quais foi designado. -----

Por fim, apelou a que, sempre que possível, seja disponibilizada a documentação da Assembleia com a maior antecedência possível, permitindo uma análise mais cuidada e responsável, sobretudo quando se trate de documentação volumosa. Reconheceu que, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a documentação deve ser entregue com, pelo menos, dois dias úteis de antecedência relativamente à sessão, admitindo que, excecionalmente, tal não tenha ocorrido devido às tolerâncias de ponto concedidas e ao período festivo. -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que a convocatória foi enviada com cerca de quinze dias de antecedência, de modo a permitir a adequada organização



dos membros, tendo em conta a época festiva. -----

Relativamente ao envio da documentação, referiu que, tratando-se de documentos como o Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal, entre outros, os mesmos apenas podem ser remetidos à Assembleia após a respetiva aprovação pelo órgão executivo, assegurando que foram enviados com mais de dois dias úteis de antecedência. -----

Concluiu afirmando que a Mesa acata a recomendação apresentada, reiterando, contudo, que tem cumprido os prazos e procedimentos que legalmente lhe competem. -

**Afonso Gouveia** cumprimentou os presentes, dirigindo um cumprimento especial à Associação 2000. -----

Iniciou a sua intervenção elogiando a prontidão e disponibilidade do Senhor Presidente da Câmara na resposta aos apelos da comunidade neste início de mandato. Destacou, igualmente, a organização do evento “Natal na Praça”, que tem decorrido durante a época natalícia, manifestando agrado pela adesão da população e apelando à sua continuidade em anos futuros. -----

Questionou o Senhor Presidente da Câmara acerca do destino a dar ao terreno recentemente adquirido junto à Hospedaria Mor, sugerindo a aquisição dos terrenos contíguos, na mesma faixa de ligação a Travanca, com vista à construção da ciclovia Armamar–Travanca e, posteriormente, à sua extensão até Aldeias. Atendendo a que a obra consta do orçamento, solicitou esclarecimentos sobre a forma como o executivo pretende proceder à aquisição dos terrenos necessários, tendo em consideração o PDM. -----

Referiu ainda ver com bons olhos a ampliação da zona industrial de Armamar, reconhecendo o trabalho já desenvolvido pelo executivo, nomeadamente ao nível da limpeza daquele espaço, incentivando à continuidade desse empenho na defesa dos interesses do concelho. -----

Concluiu desejando que o ano de 2026 seja pautado pela união e pelo trabalho conjunto



em prol de Armamar e dos armamarenses. -----

**Mónica Araújo**, cumprimentou os presentes e fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

*“O Douro, e em particular o concelho de Armamar, atravessa hoje uma situação que exige mais do que preocupação; exige ação política estruturada. O que está em curso já não é uma dificuldade pontual, mas um processo contínuo de abandono do território, com impactos diretos na economia local, na coesão social e na sustentabilidade da região. -----*

*Os pequenos viticultores da Região Demarcada do Douro enfrentam dificuldades crescentes para manter a atividade. Em Armamar, essa realidade é visível no abandono de parcelas agrícolas, na redução da rentabilidade e na incerteza quanto ao futuro da produção. A desistência não resulta de falta de ligação à terra, mas da ausência de condições económicas mínimas que garantam viabilidade e dignidade a quem produz. -----*

*Esta situação tem sido reconhecida em diversos fóruns institucionais nacionais, onde se admite que os municípios do Douro continuam a ser tratados como territórios secundários, sem instrumentos adequados para responder a uma crise que é estrutural e transversal. -----*

*As autarquias, apesar da proximidade ao terreno, veem-se frequentemente limitadas na sua capacidade de resposta. Os viticultores procuram apoio, mas os municípios não dispõem dos meios financeiros, legais ou programáticos necessários para dar soluções eficazes. Isto evidencia um problema maior: um modelo de decisão que não acompanha a especificidade do território duriense. -----*

*Paralelamente, assistimos à saída dos jovens qualificados. Jovens enólogos, técnicos agrícolas e quadros especializados, muitos deles com ligação direta a Armamar, optam por sair por não encontrarem aqui perspectivas de futuro. A perda deste capital humano compromete não apenas o presente, mas a continuidade geracional do setor. -----*

*Estamos a falar de um território classificado como Património Mundial da UNESCO. Importa sublinhar: este estatuto não se mantém por decreto. Mantém-se com pessoas, com atividade*



económica e com quem cuida diariamente da paisagem. O abandono das vinhas coloca diretamente em risco esse reconhecimento internacional e fragiliza a posição do Douro no contexto nacional e internacional. -----

O que se impõe é um olhar sério, estratégico e integrado para o território rural do Douro e de Armamar. O risco de uma crise profunda é real. Sem medidas eficazes, esta região corre o perigo de perder capacidade produtiva, autonomia alimentar e sustentabilidade social. -----

O Douro e Armamar não precisam de mais diagnósticos. Precisam de uma estratégia articulada, envolvendo Governo, entidades setoriais e autarquias, que permita: -----

- apoiar quem cuida do território; -----
- garantir sustentabilidade económica aos pequenos produtores; -----
- criar condições para fixar jovens qualificados; -----
- e assegurar o futuro do Douro e de Armamar como territórios vivos e competitivos. -----

O que está em causa não são privilégios. -----

Está em causa justiça territorial e visão de longo prazo. -----

Senhor Presidente, -----

Num espírito de cooperação institucional e de responsabilidade partilhada, coloco-lhe uma questão clara: que linhas de ação entende o Executivo Municipal poder desenvolver ou reforçar, em articulação com as entidades competentes, para responder ao abandono dos terrenos, apoiar os pequenos viticultores e criar condições para fixar jovens em Armamar? -----

E de que forma considera possível mobilizar o Governo e os instrumentos disponíveis, para que o Douro, e Armamar em particular, deixem de ser tratados como territórios periféricos e passem a ser encarados como ativos estratégicos nacionais? -----

Muito obrigada.” -----

**O Presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes,** cumprimentou os presentes e, sendo esta a sua primeira intervenção no atual mandato, desejou ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e às respetivas Secretárias um

bom mandato, pautado pelo respeito e pela participação de todos os membros que representam o povo. -----

Felicitou igualmente o Executivo Municipal pela sua eleição, desejando votos de sucesso, sublinhando que o sucesso do Executivo será o sucesso do concelho de Armamar. Endereçou também felicitações aos membros da Assembleia Municipal e aos Presidentes de Junta eleitos, manifestando confiança no empenho de todos na defesa dos interesses das respetivas populações e freguesias. -----

Referiu que não se pode falar de competitividade e progresso sem abordar a sustentabilidade, considerando-a um desafio coletivo. Salientou que a sustentabilidade não se limita a grandes obras ambientalmente responsáveis, mas começa nas atitudes individuais, no respeito pelos outros e por tudo o que integra o planeta. -----

Por fim, anunciou que irá propor ao Senhor Presidente da Assembleia a descentralização das sessões, sugerindo que, pelo menos uma vez, a Assembleia Municipal reúna na sua freguesia, de forma a aproximar os trabalhos da população. Lançou ainda o desafio aos restantes Presidentes de Junta, em especial aos que exercem funções pela primeira vez, para que promovam a realização de sessões nas suas freguesias. -----

**Cláudia Damião** cumprimentou os presentes, designadamente a A2000 e todos os que acompanham a sessão em formato online. -----

Iniciou a sua intervenção registando como positiva a melhoria da comunicação institucional nas redes sociais, considerando tratar-se de um passo importante na aproximação do Município aos cidadãos, tornando a informação mais acessível, atempada e compreensível. Referiu que o reforço da presença digital contribui para maior transparência, promove a participação cívica e permite uma melhor divulgação dos projetos municipais. -----

Destacou igualmente a iniciativa “Natal na Praça”, sublinhando o seu contributo para a dinamização do comércio local e para o reforço do convívio e da identidade

comunitária, valorizando o centro urbano e tornando-o mais atrativo para famílias e visitantes, felicitando o Executivo pela organização. -----

Relativamente ao programa I.º Direito, solicitou informação sobre o ponto de situação da execução das respetivas obras. No que respeita à requalificação da rede viária, questionou o ponto de situação das intervenções planeadas, salientando a importância do planeamento e da informação atempada aos munícipes quanto a condicionamentos e alternativas. -----

Apresentou ainda uma sugestão no âmbito da segurança rodoviária, propondo a colocação de rails de proteção ou, não sendo possível, de postes baliza nas estradas que ligam Vila Seca à Folgosa (via Marmelal) e Vila Seca à Foz do Tedo (via Santo Adrião), atendendo à orografia acentuada e aos potenciais riscos acrescidos, sobretudo face à melhoria do piso. -----

Por fim, solicitou o ponto de situação dos projetos “Centro Interpretativo da Maçã” e “Centro de Conhecimentos Gomes Teixeira”. -----

O **presidente da Câmara Municipal** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, nas suas novas funções, bem como as Secretárias, desejando-lhes um bom mandato. Cumprimentou igualmente os restantes presentes, com especial referência à A2000, desejando a todos um Bom Ano de 2026, sublinhando que o sucesso do Executivo será também o sucesso da Assembleia e do concelho, reiterando que será um executivo ao serviço de todos, sem exceção. -----

Respondendo às intervenções, começou por esclarecer as questões colocadas por Luís Silva, referindo que em relação ao pagamento das despesas suportadas por um anterior autarca, com a sua defesa, num processo judicial, conforme já assumido em reunião de Câmara, será solicitado um laudo à Ordem dos Advogados e parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Explicou que o pagamento efetuado correspondia a uma despesa autorizada pelo anterior executivo e que a



assunção das despesas decorre de um direito legal do ex-autarca, estando o Município convicto da sua legitimidade. Contudo, caso o laudo ou o parecer venham a ser desfavoráveis, será solicitado o respetivo ressarcimento. Quanto à questão da barragem, esclareceu que, segundo a informação disponível, estará em causa a ampliação da Barragem de Temilobos e não a construção de uma nova infraestrutura, acrescentando que o executivo está empenhado em acompanhar o processo, embora não seja possível resolver, em poucos meses, situações que se arrastam há anos. Informou ainda das reuniões realizadas na CCDR-N com o Eng.º Bernaldino e com o Dr. Paulo Ramalho, visando desbloquear processos como o da Quinta de Vilar e a ampliação do regadio do Monte Raso, reiterando que o foco é o reforço da rede de regadio. -----

Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Aldeias, referiu que a distribuição de pelouros foi definida de acordo com o entendimento do momento, podendo ser ajustada se tal se revelar necessário ao bom funcionamento dos serviços. -----

Em resposta a Afonso Gouveia, agradeceu as palavras dirigidas ao executivo e considerou o evento “Natal na Praça” um sucesso, convidando a população a visitá-lo até ao dia 4 de janeiro. Esclareceu que o terreno junto à Hospedaria Mor foi adquirido pelo anterior executivo e que a intenção passa por proceder à sua limpeza em 2026 e, posteriormente, edificar para construção em altura, visando reforçar a oferta habitacional e contribuir para a fixação de população. Acrescentou que está prevista a integração de terrenos da PPP na esfera municipal, após conclusão do processo em curso, destinando-se parte da área à construção do novo Centro de Saúde e a restante à criação de loteamento regulado para jovens adquirirem primeira habitação. -----

No que respeita à zona industrial, referiu que foi efetuada a limpeza das áreas de domínio público e que os serviços estão a avançar com a regulamentação dos loteamentos industriais existentes. Quanto à ciclovía, recordou que o compromisso eleitoral previa uma ligação pedonal, admitindo a ambição de integrar ciclovía, se



tecnicamente viável, designadamente no troço Armamar–Travanca, com eventual extensão a Aldeias, assumindo o compromisso de iniciar a obra durante o mandato. -----

Relativamente à intervenção de Mónica Araújo, afirmou que o Executivo estará sempre na defesa intransigente dos viticultores e fruticultores do concelho. -----

Informou que, no âmbito de um protocolo em regime de comodato com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, o Município adquiriu um trator agrícola de grande porte, equipado com destroçador e capinadeira, destinado à limpeza de faixas de contenção e matos, salientando que Armamar é, para já, o primeiro concelho da CIM Douro a dispor de uma alfaia desta dimensão, reforçando a preparação do território no inverno para prevenir riscos no verão. -----

Referiu ainda que teve lugar uma reunião entre a CIM Douro e uma delegação da Assembleia da República, da qual resultará um relatório a remeter aos municípios, contendo as conclusões alcançadas, sublinhando a importância de apoiar o setor vitivinícola. -----

Quanto aos incentivos, esclareceu que, à semelhança do que sucede na fruticultura, estes dependem essencialmente do Ministério da Agricultura e do Governo central. Contudo, manifestou abertura para, a nível local, equacionar medidas como sistemas de proteção anti granizo, designadamente na freguesia de Vila Seca, à semelhança do apoio anteriormente concedido à Associação de Fruticultores. -----

Por fim, incentivou os viticultores a organizarem-se em Organizações de Produtores, à semelhança do que sucede na fruticultura, defendendo que o trabalho conjunto reforça a capacidade de intervenção e negociação, reiterando total disponibilidade do Executivo para a defesa do setor. -----

Respondendo ao Presidente da Junta de São Martinho das Chãs, destacou a importância da sustentabilidade, da racionalização de recursos e da gestão da água, enquanto recurso essencial num concelho cuja principal atividade é a agricultura, defendendo a captação e



armazenamento através de charcas públicas e comunitárias. Mostrou-se disponível para a realização de sessões da Assembleia descentralizadas, desde que reunidas as condições necessárias. -----

Quanto às questões colocadas por Cláudia Damião, informou que, no âmbito do programa 1.º Direito, estão em execução obras no Vacalar, Santa Cruz e Cimbres, prevendo-se o início da obra em Aldeias no mês de janeiro, encontrando-se igualmente lançado concurso para outra habitação em Cimbres. Relativamente ao Centro de Estudos Gomes Teixeira e ao Centro Interpretativo da Maçã, referiu que os procedimentos se encontram em fase de receção de propostas, com prazo até à segunda semana de janeiro. -----

No domínio das rodovias, indicou que o lote 2, Travanca–Contim, terá início logo que as condições climatéricas o permitam. Informou ainda da intenção de pavimentar as estradas São Cosmado–Lapinha–Cardais, Santa Cruz–Vila Nova–Vila Chã da Beira, bem como os troços entre Queimadela e os limites dos concelhos de Figueira e Tarouca, assegurando assim melhores acessos ao concelho. Quanto à colocação de rails ou postes baliza nas estradas Vila Seca-Santo Adrião-Tedo e Vila Seca-Marmelal, reconheceu a importância da intervenção, mas referiu limitações de execução imediata. Acrescentou que a candidatura ao PRR para o Miradouro do Marmelal, no valor de 230.000 euros, terá de ser executada conforme aprovado, sob pena de perda de financiamento mas, certamente, todos concordariam ser prioritária a segurança das vias naquela zona. -----

**Luís Silva** referiu que tem plena consciência da quantidade de assuntos que o Executivo tem de gerir, especialmente considerando o curto período para se inteirarem de todos eles. -----

Destacou que a questão da barragem foi levantada pela oportunidade de, nesta fase de definição do Orçamento do Estado, se marcar posição relativamente aos investimentos.



Sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara que, se considerar pertinente, dialogue com o homólogo de Moimenta da Beira, dado que enfrenta situação semelhante. -----

Esclareceu que a proposta em questão foi apresentada pelo PCP, reprovada pelo PSD e com abstenção do CDS-PP. Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal, reiterou a intenção de aprovar um voto de repúdio relativamente à posição assumida por esses partidos. -----

**António Azevedo** relativamente ao pagamento efetuado pela Câmara Municipal a um ex-autarca, na sequência do esclarecimento prestado pelo senhor presidente da Câmara, de que tencionam pedir o laudo sobre os honorários, questionou se existe nota discriminativa de custas de parte e, em caso afirmativo, se os pagamentos foram efetuados com base nela. Propôs que essa documentação fosse disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal ou, alternativamente, a um representante de cada grupo municipal, para que todos possam tomar conhecimento do seu conteúdo. -----

O **presidente da Câmara Municipal** informou Luís Silva que, de forma informal, já contactou o seu homólogo Paulo Figueiredo e, assim que possível, irão reunir-se. Aproveitou para agradecer a Paulo Figueiredo e aos restantes Presidentes de Câmara pela forma cordial como o receberam na CIMDOURO. -----

Relativamente à interpelação de António Azevedo, referiu que, caso a lei permita, não terá qualquer problema em ceder a documentação solicitada; caso não seja possível, poderá consultá-la diretamente no seu gabinete. -----

O **presidente da Assembleia Municipal** informou ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Chãs que a Mesa da Assembleia dispõe de total disponibilidade para realizar sessões descentralizadas em qualquer freguesia do concelho, desde que estejam reunidas as condições técnicas necessárias para o efeito. ---  
-----

## INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO



A Associação 2000 (A2000), representada pela técnica Alexandra Santos, apresentou um breve resumo das diversas atividades realizadas, pelo grupo de Armamar, ao longo do ano de 2025. -----

O **presidente da Câmara Municipal** felicitou a A2000, referindo que já teve o prazer de os receber no seu gabinete, considerando esse encontro um dos momentos mais felizes daqueles dias. Agradeceu às técnicas Alexandra Santos, Sofia Barros e Bárbara Fonseca, salientando que a associação pode contar com o apoio da autarquia, pelo trabalho meritório que desenvolve. Expressou ainda agradecimento aos formandos presentes, destacando que eles também constituem um foco central das atividades da associação. -----

#### **Intervalo** -----

O **presidente da Mesa da Assembleia Municipal** reiniciou os trabalhos às onze horas e dezanove minutos e comunicou que continua ausente o presidente da junta de freguesia de São Cosmado, Nuno Santos. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira** (cuja cópia passou a constituir o anexo I à ata) -----

O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que pretende que fique registado o ocorrido relativamente ao almoço de Natal dos idosos, que se realizou em Tarouca. Explicou que, devido aos procedimentos de contratação pública necessários para a aquisição dos cabazes, não foi humanamente possível avançar-se para essa opção. No que respeita ao almoço referiu que, relativamente à experiência com a Montaria ao Javali, prevista para 28 de fevereiro, apenas se receberam duas propostas de associações culturais, não havendo qualquer proposta por parte de restaurantes locais. Para o almoço dos idosos foram feitas tentativas de contacto com fornecedores externos,



incluindo uma empresa de Aguiar da Beira, sugerida pelo vereador Paulo Tolda, e com o senhor Jorge Carreira, localmente, mas sem disponibilidade de ambos para o serviço pretendido. -----

Face a estas circunstâncias, o evento foi realizado em Tarouca, tendo contado com a colaboração dos presidentes de junta e de todos os participantes, alcançando cerca de 560 idosos e com um serviço considerado de excelência. Reafirmou que, no futuro, eventos deste tipo serão realizados no concelho de Armamar, sublinhando o seu compromisso com a defesa do comércio local. Reconheceu que, neste ano, não foi possível disponibilizar vouchers para o comércio local, mas garantiu que, no próximo ano, será dada prioridade ao apoio aos empresários do concelho. -----

Informou que o Município assinou um protocolo em Baião, tornando Armamar o primeiro concelho da CIM Douro a dispor de um trator com destroçador e capinadeira cedido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, por um período de cinco anos. -----

Referiu, ainda, que foi adquirida uma viatura de proteção civil, com financiamento de 85% (€43.000,00), a qual já se encontra ao serviço. Acrescentou que, no início do ano, serão adquiridas duas novas viaturas: um autocarro de 55 lugares, devido à idade do veículo atual (18 anos de utilização), e uma viatura de transporte escolar, bem como um espalhador de sal.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** informou que conversou com Luís Silva sobre a sua proposta de repúdio relativamente à não inclusão do investimento da ampliação do regadio de Temilobos no Orçamento de Estado para 2026. Esclareceu que, por se tratar de uma proposta que carecia de apresentação, por escrito, à Mesa, com a devida fundamentação, não a colocou à consideração do plenário para votação. --

Abertas as inscrições, ninguém manifestou vontade de intervir: -----

**Designação de um representante de cada grupo municipal para integrar o**

**Conselho Municipal da Juventude** -----

O **presidente da Assembleia Municipal** informou que foi indicado pelo grupo partidário do PPD/PSD, Rúben Cardoso Cunha e pelo grupo de cidadãos eleitores Novo Rumo (NR), Loris dos Santos Oliveira. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

**Ata da sessão extraordinária de 28 de novembro de 2025** -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

**António Azevedo** referiu que, relativamente à ata em apreciação, esta apresenta alguns vícios e imprecisões, que passou a enumerar: -----

1. Eleição do representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva da Revisão do Plano Direto Municipal; consta na ata a seguinte votação: PSD: 18 votos, Novo Rumo: 11 votos; a votação efetivamente ocorrida foi outra: PSD: 17 votos, Novo Rumo: 12 votos. -----

2. Eleição de dois representantes efetivos e um suplente da Assembleia Municipal para a Comunidade Intermunicipal do Douro; consta da ata a seguinte votação: PSD: 18 votos, Novo Rumo: 11; face a estes resultados significa que teriam votados todos os membros da Assembleia Municipal, sucede que os senhores presidentes de junta não votaram nesta eleição, sendo a votação a seguinte: PSD: 8, Novo Rumo: 7. -----

Posto isto, requereram a retificação das referidas votações. -----

Ainda relativamente à eleição para a CIMDOURO, verifica-se um vício de procedimento. A lista apresentada pelo PSD, certamente, por erro, ou outra situação, indicou a seguinte sequência de nomes: João Paulo Fonseca, Rúben Cardoso e Cláudia Isabel Damião. Isto significa que o suplente eleito será o Rúben Cardoso, pois foi esta a sequência que foi a votação. Porém, a ata contém o nome do terceiro elemento, quando devia constar o nome do segundo. Disse que já teve oportunidade de manifestar esta observação junto de Cláudia Damião e se puderem corrigir será conveniente. -----



O **presidente da Assembleia Municipal** salientou que serão efetuadas as correções relativamente aos erros detetados na ata, mantendo, contudo, a situação referente à votação para a CIMDOURO, na qual Cláudia Damião permanece como a eleita. -----

O **presidente da Câmara Municipal** observou que António Azevedo iniciou a sua intervenção referindo que a ata “padece de alguns vícios e imprecisões”, esclarecendo que, imprecisões ou erros de transcrição podem ocorrer, não percebeu exatamente a que se referia com “vícios”. Aproveitou para enaltecer o trabalho do gabinete de apoio aos órgãos autárquicos, destacando ser da sua total confiança a colaboradora Sónia Vaz, que realiza um trabalho meritório tanto nas reuniões de Câmara como da Assembleia. Reconheceu que houve um lapso na transcrição da votação dos referidos órgãos, mas manifestou que não considerou muito adequada a forma como a observação foi feita. ---

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 17 votos a favor e 11 abstenções (a saber: membros do grupo de cidadãos eleitores Novo Rumo). -----

**Processo 373/2024. Anulação da deliberação de eleição do presidente de junta de freguesia para representar o Núcleo Local de Inserção (NLI) do RSI – Rendimento Social de Inserção de Armamar, tomada na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2025 -----**

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais: -----

*Considerando que o Rendimento Social de inserção (RSI), instituído pela Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, visa garantir mínimos sociais, protegendo os grupos de maior fragilidade e vulnerabilidade, em situação de pobreza extrema, distinguindo-se de outros apoios e prestações sociais por incluir uma componente de integração e inclusão; -----*

*Considerando que a portaria n.º 65/2021, de 17 de março veio estabelecer os termos de operacionalização da transição de competências em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI para as câmaras municipais, tendo em*



consideração o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto; -----

Considerando que, segundo a alínea c) do artigo 32.º-A da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, refere que compete à entidade gestora promover a criação dos núcleos locais de inserção, definir o respetivo âmbito territorial de intervenção e assegurar o respetivo apoio administrativo e financeiro; -----

Considerando a composição do Núcleo Local de Inserção prevista no artigo 22.º da portaria n.º 65/2021, de 17 de março; -----

Considerando o artigo 12.º do capítulo II do Regulamento Interno do Funcionamento do Núcleo Local de Inserção de Armamar, aprovado em reunião de NLI de 12 de abril de 2023 e respetiva Adenda aprovada em 13 de agosto de 2025, que define a composição do NLI de Armamar, não prevendo a integração do representante das Juntas de Freguesia; -----

Proposta de resolução -----

Cabe à Assembleia Municipal a anulação da deliberação tomada na sessão extraordinária de 28 de novembro 2025.” -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

**Processo 916/2023. Nomeação de representantes da Assembleia Municipal para integrar a Equipa para a Igualdade na Vida Local de Armamar** -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais: -----

Considerando que: -----

1. Nos termos da alínea q), do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade; -----



2. Neste sentido, o Município celebrou um protocolo de cooperação com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, visando a territorialização da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”; -----

3. Ao abrigo da cláusula quinta do referido protocolo, está prevista a constituição de uma Equipa para a Igualdade na Vida Local, à qual compete propor, conceber, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as medidas e as ações desenvolvidas no Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação; -----

4. De acordo com a alínea e) da supracitada cláusula, poderão integrar na equipa representantes da Assembleia Municipal, até ao máximo de quatro pessoas, a indicar por aquela ao Presidente da Câmara Municipal, sendo que pelo menos uma deverá ser Presidente de Junta de Freguesia ou União de Freguesias; -----

5. A integração de representantes da Assembleia Municipal, na Equipa para a Igualdade na Vida Local de Armamar, garante uma abordagem transversal, participativa e democraticamente legitimada às políticas municipais de igualdade, reforçando os princípios da transparência, da representatividade política e da corresponsabilização; -----

6. Que a participação ativa de representantes da Assembleia Municipal, é essencial para atender a abrangência do plano de ação, contribuindo para a definição e acompanhamento de políticas municipais que respondam efetivamente às necessidades reais do concelho em matéria de igualdade, consolidando o compromisso do Município com a promoção da igualdade e da não discriminação; -----

7. A câmara municipal, na reunião de 19 de dezembro de 2025, deliberou com parecer favorável, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a nomeação de representantes para integrarem na Equipa para a Igualdade na Vida Local de Armamar, para efeitos da alínea e) da cláusula quinta do Protocolo de Cooperação entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Armamar. -----

proposta de resolução -----



*Cabe à Assembleia Municipal, a nomeação de representantes para integrarem na Equipa para a Igualdade na Vida Local de Armamar, para efeitos da alínea e) da cláusula quinta do Protocolo de Cooperação entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Armamar.” -----*

O **presidente da Assembleia Municipal** informou que chegou à Mesa uma proposta do PPD/PSD, com a indicação de Marlene Fernandes, Cláudia Damião, Mónica Graça e da presidente de junta de freguesia do Vacalar, Cláudia Fonseca e outra do grupo de cidadão eleitores Novo Rumo, propondo José António Guedes, Flávia Laranjeira, Maria Eulália Feitais e o presidente da união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião, Manuel João Silva. Posto isto, à proposta do PSD corresponderá, a letra A e à do Novo Rumo, a letra B, passando-se à votação por escrutínio secreto. -----

Deliberação: Lista A – PPD/PSD: 16 votos; Lista B – Novo Rumo: 12 votos -----

Foram eleitas: Marlene Fernandes, Cláudia Damião, Mónica Graça e a presidente de junta de freguesia do Vacalar, Cláudia Fonseca. -----

**Processo 2571/2025 - Proposta para aprovação da submissão à Assembleia Municipal – Nomeação do Conselho Municipal de Educação – Mandato 2025/2029 -----**

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais: -----

Considerando que: -----

*É competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a criação do conselho local de educação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais; -----*

*É, ainda, competência da Assembleia Municipal, nomear o Conselho Municipal de Educação,*



nos termos propostos pela Câmara Municipal, conforme estipulado no artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do mencionado Decreto-Lei "O presente decreto-lei regula ainda o funcionamento dos conselhos municipais de educação."; -----

Nos termos do disposto no artigo 55.º do mencionado Decreto-Lei "O conselho municipal de educação é uma instância de consulta, que tem por objetivo a nível municipal, analisar e acompanhar o funcionamento do sistema educativo propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo."; -----

O mencionado Decreto-Lei regula, ainda, a composição do Conselho Municipal de Educação, através do artigo 57.º, sendo que o presidente da junta de freguesia representante das freguesias do concelho é eleito pela Assembleia Municipal, os representantes do pessoal docente do ensino secundário, do ensino básico e da educação pré-escolar públicos são eleitos pelos docentes do respetivo grau de ensino e os representantes de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas são eleitos pelos membros do conselho pedagógico; -----

Neste âmbito, foi solicitado junto da Assembleia Municipal, a realização de um ato eleitoral de forma a eleger o presidente da junta de freguesia representante das freguesias do concelho, constante no anexo à presente proposta e que desta faz parte integrante; -----

Foi ainda, de igual modo, promovido junto dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, um processo eleitoral de forma a eleger os representantes do pessoal docente do ensino secundário, do ensino básico e da educação pré-escolar públicos, os representantes de cada um dos conselhos pedagógicos e um representante da associação de estudantes, constantes no anexo à presente proposta e que desta faz parte integrante; -----

Paralelamente, foi solicitado, por escrito, às diversas estruturas e entidades que compõem o



Conselho Municipal de Educação, a indicação do respetivo representante, constantes no anexo à presente proposta e que desta faz parte integrante; -----

A presente composição nominal do Conselho Municipal de Educação, resultante do contexto atrás descrito, poderá estar sujeita a futuras alterações, originadas por ausências de indicação de representante ou substituições dos atuais representantes que venham a ser efetuadas pelas respetivas estruturas e entidades que compõem este mesmo Conselho, excetuando os membros que o são por inerência do cargo que ocupam, como é o caso do presidente da Câmara Municipal, do presidente da Assembleia Municipal, do vereador responsável pela Educação e dos diretores dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas. Torna-se necessário que esta situação fique, desde já, autorizada e validada pela Assembleia Municipal; -----

Importa, desta forma, submeter à Assembleia Municipal a nomeação do Conselho Municipal de Educação, nos termos constantes no anexo à presente proposta e que desta faz parte integrante, bem como, desde já, as substituições dos atuais representantes que venham a ser efetuadas pelas respetivas estruturas e entidades que compõem este mesmo Conselho. -----

Nesse sentido, a proposta para aprovação da submissão à Assembleia Municipal a nomeação do Conselho Municipal de Educação – Mandato 2025-2029, foi favoravelmente deliberada pelo órgão executivo municipal, na reunião de câmara municipal do dia 19 de dezembro de 2025. -----

Proposta de resolução -----

Deve a Assembleia Municipal, deliberar sobre a nomeação do Conselho Municipal de Educação, nos termos constantes no anexo à presente proposta e que desta faz parte integrante, bem como, desde já, as substituições dos atuais representantes que venham a ser efetuadas pelas respetivas estruturas e entidades que compõem este mesmo Conselho, ao abrigo do disposto na alínea s) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que veio estabelecer o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e no artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a



transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 1.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.” –

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

**Processo 2574/2025. União de Freguesias de São Romão e Santiago -  
Exercício de competências próprias - Pedido de apoio financeiro -----**

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais: -----

Considerando que: -----

A União de Freguesias de São Romão e Santiago solicita apoio financeiro para a execução de projetos aprovados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR); -----

Os referidos projetos devem encontrar-se integralmente concluídos até fevereiro de 2026 e visam a realização de obras de reconhecido interesse local, destinadas à melhoria das acessibilidades a edifícios públicos, designadamente: -----

a) Intervenções de acessibilidade à Escola Primária de São Romão; -----

b) Intervenções de acessibilidade à Escola Primária de Santiago; -----

c) Intervenções de acessibilidade ao Cemitério de São Romão; -----

d) Intervenções de acessibilidade ao Cemitério de Santiago; -----

As intervenções em causa enquadram-se no exercício das competências próprias da União de Freguesias, nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 16.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

Considerando que: -----

A União de Freguesias de São Romão e Santiago solicita apoio financeiro para a execução de projetos aprovados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR); -----

Os referidos projetos devem encontrar-se integralmente concluídos até fevereiro de 2026 e visam a realização de obras de reconhecido interesse local, destinadas à melhoria das



acessibilidades a edifícios públicos, designadamente: -----

a) Intervenções de acessibilidade à Escola Primária de São Romão; -----

b) Intervenções de acessibilidade à Escola Primária de Santiago; -----

c) Intervenções de acessibilidade ao Cemitério de São Romão; -----

d) Intervenções de acessibilidade ao Cemitério de Santiago; -----

As intervenções em causa enquadram-se no exercício das competências próprias da União de Freguesias, nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 16.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

Proposta de Resolução -----

Cabe à Assembleia Municipal deliberar: -----

Aprovar a atribuição do apoio financeiro no montante de 25.000,00 mil euros à União de Freguesias de São Romão e Santiago, para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.” -----

O **presidente da Câmara Municipal**, informou que o pedido apresentado pela Junta de Freguesia decorre de candidaturas ao PRR, no montante total de € 75.832,00, cujo procedimento foi lançado por cinco vezes, tendo ficado sempre deserto. Esclareceu que a solicitação visa evitar a perda da candidatura, tratando-se de uma situação pontual, ficando salvaguardado que o respetivo valor será deduzido na verba a atribuir no ano de 2026, conforme deliberação do órgão executivo. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

**Processo 2576/2025. Freguesia de Queimada - Exercício de competências próprias - Pedido de apoio financeiro** -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais: -----



Considerando que: -----

A Freguesia de Queimada solicita a atribuição de apoio financeiro no montante de 7.996,00 mil euros para a execução de intervenções em diversas vias de comunicação que se encontram em estado de degradação; -----

A respetiva empreitada já se encontra adjudicada, encontrando-se o orçamento correspondente junto em anexo à presente proposta; -----

As intervenções em causa enquadram-se no exercício das competências próprias da Freguesia, nos termos do disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 16.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

A Câmara Municipal na reunião de 19 de dezembro de 2025 deliberou por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a atribuição do apoio financeiro no montante de 7.996,00 mil euros à Freguesia de Queimada. -----

Proposta de resolução -----

Cabe à Assembleia Municipal deliberar: -----

Aprovar a atribuição do apoio financeiro no montante de 7.996,00 mil euros à Freguesia de Queimada, para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.” -----

O **presidente da Câmara Municipal**, referiu que, não obstante estar esgotada a verba atribuída no corrente ano, a junta de freguesia de Queimada vem solicitar um apoio pontual para a finalização do arranjo das restantes ruas, permitindo concluir este tipo de intervenções na freguesia. Salientou tratar-se de um bom ato de gestão, quer do atual executivo quer do anterior, merecedor da confiança de todos, ficando ainda salvaguardado que o montante será descontado na verba a atribuir no próximo ano. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----



**Proposta 8PRE/25 - Organização dos serviços do município de Armamar** (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata) -----

O **presidente da Câmara Municipal** referiu que a reestruturação dos serviços é imperativa, apresentando proposta para a criação de três divisões municipais e quatro unidades de direção intermédia, salientando que tal medida não decorre de comparação com outros municípios, mas sim da necessidade interna de reorganização. Ainda assim, mencionou que municípios limítrofes como Sernancelhe, Moimenta da Beira, Tarouca e São João da Pesqueira apresentam estruturas orgânicas semelhantes. -----

Informou que, numa fase inicial, serão criadas três unidades orgânicas, designadamente: Divisão Administrativa e Desenvolvimento Social, Divisão de Gestão Financeira e Divisão de Urbanismo e Ambiente. Quanto às subunidades orgânicas, prevê-se a criação inicial de duas, podendo vir a ser criadas outras, caso se revele necessário para o bom funcionamento dos serviços. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

**Presidente da junta de freguesia de Aldeias, António Fernandes**, fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

*“A proposta de reorganização dos serviços municipais basicamente diz-nos que: -----*

*Antes tínhamos 2 divisões municipais e só 1 dos cargos ocupados; -----*

*Passaremos a ter 3 divisões municipais e 3 chefes de divisão municipal. -----*

*Antes tínhamos 2 unidades de direção intermédia de 3.º grau e, dentro de algum tempo, todos os cargos ocupados. -----*

*Diz-nos também que os lugares para coordenadores técnicos aumentam, contrariando a tendência instalada no país que é de diminuição. -----*

*Nos considerandos da proposta é afirmado que a organização dos serviços municipais existente não reflete (e cito) a evolução das atribuições, competências e exigências do Município, resultantes, entre outros fatores, da transferência de competências em diversas matérias*


entretanto ocorrida. -----

Pois bem, as atribuições do município são desde o ano de 2015 exatamente as que tem hoje e não há notícia de futuras alterações a esse respeito. -----

Já sob outro ponto de vista, tivemos verdadeiramente mudanças. A câmara municipal recebeu significativas competências. Nesse âmbito, o protagonismo foi dado à Educação, à Ação Social e à Saúde. -----

É justamente a partir daqui que “não bate a bota com a perdigota”. -----

Sendo inegável a expressão e a importância da Educação, da Ação Social e da Saúde, não se compreende porque nesta proposta de reorganização dos serviços municipais a ativação da Unidade de Desenvolvimento Social é adiada, fica em espera. -----

Não se compreende também a primazia dada à ativação da Unidade de Recursos Humanos, caracteristicamente um serviço de apoio instrumental, sem incidentes de relevo no seu funcionamento desde o ano de 2013, cuja legislação de referência permanece relativamente estabilizada há muitos anos. -----

Causa espanto que se apresente como um dos eixos de investimento e compromisso com o futuro de Armamar o desenvolvimento social integrado: ação social, saúde e educação, como está plasmado na proposta de demonstrações previsionais para o ano de 2026 e, na prática, se faça outra coisa. -----

Com base naquilo que a proposta nos dá e naquilo que a proposta não nos dá, a nova orientação estratégica mantém-se incógnita e instala-se a desconfiança sobre os objetivos definidos e as prioridades políticas assumidas. -----

É insuficiente a percepção comum de que os serviços municipais têm de ser reorganizados para se votar a favor a proposta apresentada. -----

Esta proposta, como está formulada, parece ter sido feita a “mata-cavalos”, mal cumpre os mínimos legais e falta-lhe matéria ou fundamento de facto, porque nada entrega que permita ao cidadão médio ter noção das reais necessidades existentes e da racionalidade dos seus

atributos. -----

Lamentavelmente, esta proposta só nos deixa a falar do aumento da despesa que preconiza. Ruído que os futuros titulares dos cargos dispensariam e de todo não merecem.” -----

O **presidente da Câmara Municipal** referiu ter ficado surpreendido com a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Aldeias, questionando se deveria dirigir-se ao mesmo nessa qualidade ou enquanto anterior Chefe da unidade orgânica DADS da autarquia, funções que exerceu nos últimos anos. Admitiu que, caso se entenda pertinente, poderá ser convidado, na próxima Assembleia, a prestar esclarecimentos enquanto colaborador da autarquia, nomeadamente no que respeita à área dos Recursos Humanos, uma vez que manifestou entendimento de que o anterior modelo organizacional assegurava melhores garantias de funcionamento. -----

Esclareceu que o atual executivo considera que o modelo agora proposto oferece melhores condições para o regular funcionamento dos serviços, encontrando-se em sintonia com os dirigentes atualmente em regime de substituição, sendo oportunamente aberto procedimento concursal, ao qual poderão concorrer todos os que reúnam as condições legais. Acrescentou que existem processos judiciais em curso relacionados com Recursos Humanos, avaliação no âmbito do SIADAP e outras matérias, cujas conclusões deverão ser analisadas caso a caso. Referiu ainda que algumas das questões técnicas levantadas serão objeto de análise e que prestará os devidos esclarecimentos na próxima Assembleia, mostrando total disponibilidade para que, quer o Senhor Presidente de Junta, quer outros colaboradores, possam igualmente prestar os esclarecimentos que entendam pertinentes. -----

O **presidente da junta de freguesia de Aldeias**, António José Fernandes, referiu que não colocou qualquer questão de natureza técnica na sua intervenção, salientando que o modelo em discussão é de âmbito político, conforme consta dos considerandos da proposta apresentada, estando relacionado com a nova orientação estratégica, os



objetivos definidos e as prioridades políticas assumidas. Acrescentou que, nesse contexto, os trabalhadores não têm intervenção na definição do modelo. -----

Manifestou ainda total disponibilidade para, na sede que for entendida por conveniente, prestar os esclarecimentos que considerem necessários. -----

**António Azevedo** solicitou o uso da palavra, a qual não lhe foi concedida pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, por não se ter inscrito no início da discussão do respetivo ponto. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 17 votos a favor e 11 abstenções (a saber: membros do grupo de cidadãos eleitores Novo Rumo). -----

**Processo 2559/2025. Demonstrações previsionais para 2026** (cuja cópia passou a constituir o anexo III à ata) -----

**António Azevedo** referiu que a sua intervenção não se trata de uma questão de teimosia ou de qualquer outra pretensão, mas sim do cumprimento do Regimento da Assembleia Municipal em vigor. Citou o artigo 53.º, segundo o qual os pedidos de esclarecimento devem ser formulados nos termos da intervenção que os suscitou, mediante inscrição para o efeito. Assim, considerou que lhe assistia o direito de intervir no ponto anterior. -----

O **presidente da Câmara Municipal** apresentou à Assembleia Municipal, através de um apoio visual em PowerPoint, a proposta de Orçamento para 2026, no valor global de 21,05 milhões de euros, representando um aumento de cerca de 11,7% face ao ano anterior. O orçamento assenta em critérios de rigor, equilíbrio e sustentabilidade financeira, priorizando o investimento estruturante, com enfoque nas pessoas e no território. -----

Foi destacado que a receita corrente é suficiente para cobrir a despesa corrente e amortizações de empréstimos, permitindo uma capacidade de investimento de cerca de 516,3 mil euros. Os principais investimentos previstos incluem: -----



Requalificação do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira, com investimento plurianual de cerca de 6,2 milhões de euros; -----

Aquisição de duas viaturas para transporte escolar; -----

Avanço do Centro de Estudos Gomes Teixeira; -----

Unidade de saúde local de Armamar, com obras em curso e investimento previsto de 1,7 milhões de euros; -----

Pavimentação de estradas e vias de comunicação, incluindo lote 2 entre Travanca e Contim, com cerca de 2 milhões de euros; -----

Instalação de semáforos em Fontelo; -----

Saneamento básico e abastecimento público de água, com investimento inicial de cerca de 8,2 milhões de euros, em várias freguesias; -----

Estratégia Local de Habitação e 1.º Direito, com cerca de 1 milhão de euros; -----

Ampliação da zona industrial e do Regadio do Monte Raso; -----

Projeto de ligação à A24, com estimativa de custo de 8 milhões de euros; -----

Requalificação de espaços públicos, incluindo o Centro Cívico de Armamar, Avenida 8 de Setembro, Mercado Municipal, Bairro da Borralha e Praceta Francisco Sá Carneiro; --  
Ciclovia e via pedonal, Travanca-Armamar; -----

Requalificação das piscinas municipais, coberta e descoberta; -----

Eventos culturais âncora, incluindo Feira da Maçã, São João, Natal na Praça e Montra Vínica. -----

O Presidente salientou a manutenção da taxa mínima de IMI, devolução de cerca de 167 mil euros da participação variável de IRS e derrama competitiva. Relativamente às transferências para freguesias, o valor previsto será ajustado em fevereiro de 2026, distribuído segundo critérios como dimensão e população. Foi também mencionada a intenção de aquisição de máquina de limpeza urbana, num valor aproximado de 130 a 150 mil euros. -----



Quanto às finanças, referiu que as receitas correntes atingem 11,52 milhões de euros e o capital 7,52 milhões, com forte dependência de fundos comunitários para investimentos. A despesa corrente considera progressão de carreiras e custos adicionais com a criação de novas unidades orgânicas. -----

Concluiu destacando que o orçamento prioriza área social, saúde, educação, habitação, saneamento, água, ambiente, mobilidade, acessibilidade, cultura e economia local, assegurando continuidade e renovação dos investimentos iniciados, com gestão rigorosa e visão estratégica, sem comprometer a estabilidade financeira e o princípio intergeracional. -----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

**António Azevedo** iniciou a sua intervenção referindo que o Senhor Presidente deve reconhecer o trabalho do anterior executivo, que deixou um bom pecúlio para gerir o ano de 2026. Destacou que o plano e orçamento apresentados são documentos fundamentais para orientar as políticas do município e, sendo documentos iniciais do mandato, justificam-se margens de expectativa e um período de “estado de graça”. -----

Salientou que o grupo Novo Rumo não pode ser responsabilizado por eventuais limitações na governação municipal. Considerou que, para além das boas intenções apresentadas no orçamento, são necessárias atitude e ação, destacando positivamente a manutenção da taxa de IMI, o benefício no IRS, os investimentos em saúde e educação. -

Assinalou como menos positivo o adiamento de intervenções urgentes em saneamento e preservação ambiental, como o centro de lavagem de pulverizadores. Sobre as transferências para as freguesias, alertou para a necessidade de critérios claros e protocolos formais de transferência de competências, de forma a garantir equidade e justiça entre todas. -----

Referiu ainda que o orçamento prevê aumento significativo de custos com pessoal, o que contrasta com a política central de racionalização de recursos e redução de



despesa, especialmente em matéria burocrática que impede muitas vezes o desenvolvimento local e do país. -----

**Loris Oliveira** cumprimentou os presentes e centrou a sua intervenção na análise do orçamento e da informação financeira apresentados, com enfoque nas necessidades dos jovens do concelho. Referiu que o orçamento contempla essencialmente despesas de funcionamento, acompanhando os jovens enquanto alunos, mas não prevê medidas estruturadas para o período pós-escolar, decisivo para a sua fixação em Armamar. -----

Salientou que não existe, no documento, um plano municipal de juventude com objetivos definidos, metas mensuráveis ou recursos orientados para a transição dos jovens para a vida ativa. Considerou que incentivos à natalidade são insuficientes para fixar os jovens, sendo mais relevante criar condições de trabalho, autonomia e perspetivas de futuro. -----

Concluiu questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre onde, neste orçamento, se encontram medidas concretas que incentivem os jovens a permanecer no concelho e a desenvolver projetos de vida autónomos. -----

**Luís Silva** considerou o documento apresentado muito bem estruturado, felicitando pela forma de elaboração. Referiu que, no orçamento, a construção da variante de Aldeias e Fontelo, com ligação à A24, é apresentada como compromisso político, com valor estimado de 3,7 milhões de euros, destacando a importância desta obra para o desenvolvimento do concelho. -----

Colocou questões sobre a origem do valor de 3,7 milhões de euros, questionando se existe projeto de execução e se a obra será realizada apenas a custos próprios da Câmara Municipal. Observou ainda que, no plano plurianual de investimentos, este valor consta para 2029/2030, sendo necessário esclarecer a divergência em relação à apresentação do presidente. -----

Relativamente à requalificação da via municipal 313, que liga o concelho a Tabuaço,

*JA*  
*cy*  
*\$*

passando por Lapinha, Cardais e Pisões, manifestou desagrado por o executivo prever a execução apenas em 2028/2029, quando o anterior executivo tinha definido a obra como prioritária imediatamente após a conclusão das vias atualmente em requalificação. Ressaltou a importância desta via para os munícipes que a utilizam diariamente. -----

**Presidente da junta de freguesia de Aldeias, António Fernandes,** fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

*“Dispensamo-me de fazer considerações prévias e fico-me pela seguinte particularidade. ----- Esta proposta, à partida, e sublinho, à partida, frustra as expectativas relativas das freguesias. -- Objetivamente, contempla a redução das receitas das freguesias e substancialmente nada diz sobre o processo da transferência de competências da câmara municipal para as juntas de freguesia. -----*

*No entanto, e não pondo em causa a palavra do presidente da câmara municipal, insisto no tema. -----*

*Segundo informação prestada pelos vereadores Rui Dionísio e Paulo Tolda, a câmara municipal está comprometida com o desenvolvimento de proposta que visa regulamentar a distribuição de alguns dos recursos do município pelas freguesias. -----*

*Será, com certeza, algo inédito, o estabelecimento de regras que dispense a subserviência e dê previsibilidade. -----*

*Diga-nos o que está a ser feito nesse sentido.” -----*

**O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes,** felicitou o Presidente da Câmara pela apresentação do orçamento, reconhecendo a prova de conhecimento demonstrada. Referiu, contudo, que lamenta que o orçamento não tenha sido mais participado pelos presidentes de junta, considerando essencial que os futuros orçamentos permitam maior discussão e contributo das freguesias. -----

Relativamente às transferências para o exercício de competências próprias das



freguesias, observou que o valor de 160 mil euros não corresponde ao aumento global do orçamento (11,7%), representando, na sua opinião, uma redução em relação ao montante anterior de 560 mil euros, devendo este valor constar no orçamento atual e não apenas ser corrigido posteriormente. -----

Quanto aos investimentos plurianuais, manifestou preocupação por não constar qualquer referência à requalificação das margens de Temilobos, tema recorrente em campanhas anteriores. Alertou para a falta de acesso a terrenos submersos pela barragem, especialmente na margem poente da freguesia de Santa Cruz, onde não existe via pedonal nem acesso agrícola, situação que prejudica os proprietários. Ressaltou que a requalificação foi exigida pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, mas continua por executar. -----

**Joaquim Duarte**, cumprimentou os presentes e iniciou a sua intervenção considerando o orçamento municipal para 2026 um documento profundamente político, que traduz uma visão clara para o concelho e assume escolhas estratégicas do novo executivo. Destacou que o orçamento não se limita à gestão corrente, mas define prioridades e revela responsabilidade política e orientação estratégica, assegurando coesão social, atenção ao território e rigor financeiro. -----

Assinalou a relevância política do orçamento, com montante de 21,05 milhões de euros, destacando o investimento em educação, saúde, habitação e ação social, nomeadamente a requalificação do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira e a construção da nova unidade de saúde, como garantias de igualdade de oportunidades e serviços públicos de qualidade. Sublinhou também a aposta em infraestruturas básicas, saneamento, abastecimento de água e rede viária, essenciais para o desenvolvimento sustentável e fixação da população. -----

Referiu a manutenção da taxa mínima de IMI e a dedução de 4% do IRS, considerando estas medidas sinais de sensibilidade social e justiça fiscal. Enalteceu a cooperação com



as juntas de freguesia, com transferências na ordem de 160 mil euros, reforçando a descentralização e proximidade do poder local. -----

Concluiu afirmando que o orçamento apresenta bases sólidas, investimentos estruturantes, contas equilibradas e atenção às pessoas e ao território, e declarou o seu apoio convicto à proposta apresentada. -----

O **presidente da Câmara Municipal**, em resposta às intervenções, começou por referir que algumas questões já tinham sido abordadas na sua apresentação e esclareceu pontos levantados pelos membros da Assembleia: -----

Da intervenção de António Azevedo, concordou com a necessidade de passar das boas intenções à ação, destacando a importância da agricultura, da fruticultura e viticultura, do cartão municipal de saúde, da requalificação do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira e da construção do Centro de Saúde. Esclareceu que as ETAR's e outros investimentos têm prioridade, mas carecem de planeamento e fundos comunitários. Relativamente às transferências para as juntas de freguesia, reiterou que os valores apresentados são uma estimativa orçamental, sujeita a reforço futuro. -----

Quanto à intervenção de Luís Silva, esclareceu que o projeto da ligação à A24 está na Infraestruturas de Portugal, com estimativa atualizada entre 2,4 e 3,7 milhões de euros, podendo recorrer a fundos do Banco Europeu de Investimento e da CCDR-N. Quanto à pavimentação de estradas como São Cosmado—Cardais—Lapinha e São Romão—Travanca, explicou que a execução depende da disponibilidade de fundos comunitários, embora seja prioridade do executivo. -----

Passando à intervenção de Loris Oliveira, afirmou que investimentos em educação, habitação e apoio a jovens estão contemplados no orçamento, incluindo regulamentação para aquisição lotes regulados para jovens casais e criação de gabinete de apoio ao agricultor, reforçando a atratividade do concelho para fixação de população jovem. Reconheceu a importância dos incentivos à natalidade e do ensino profissional. -----



Quanto à intervenção do Presidente da Junta de São Martinho das Chãs, concordou com a necessidade de regulamentar a atribuição de verbas às freguesias e implementar orçamentos participativos. Esclareceu que as questões das margens do Temilobos estão a ser analisadas pelos técnicos e entidades competentes. -----

Da intervenção de Joaquim Duarte, concordou que o orçamento é ambicioso, socialmente justo e fiscalmente equilibrado, garantindo apoio às famílias sem comprometer a sustentabilidade financeira do município. -----

Concluiu destacando o esforço dos técnicos na elaboração do orçamento em tempo útil, reconhecendo que, apesar do curto espaço de tempo, foi dada a oportunidade a todos os grupos e partidos para apresentarem contributos. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

O **presidente da Câmara Municipal** agradeceu o voto de confiança manifestado, referindo que este foi o orçamento possível no atual contexto. Comprometeu-se a, no próximo ano, promover uma preparação mais atempada do documento, contando com o contributo de todos os partidos e presidentes de junta, manifestando total disponibilidade para reuniões sectoriais com cada um. -----

Concluiu afirmando assumir esse compromisso de honra e declarou-se lisonjeado pela aprovação unânime do orçamento. -----

**Processo 2559/2025. Mapa de pessoal 2026** (cuja cópia passou a constituir o anexo IV à ata) -----

O **presidente da Câmara Municipal** apresentou uma breve explicação ao mapa de pessoal, referindo que será recrutado, em regime de substituição, um Coordenador Municipal de Proteção Civil, função que ficará sob a sua alçada, prevendo-se que seja alguém da autarquia com experiência na área. Findo o período de substituição, será aberto procedimento concursal. -----

Informou ainda da intenção de recrutar dirigentes intermédios de 2.º e 3.º grau,



encontrando-se alguns cargos atualmente ocupados, sendo que, caso os atuais colaboradores não vençam os respetivos procedimentos concursais, será necessário proceder a recrutamento externo. -----

Relativamente aos técnicos superiores, está prevista a contratação de um médico veterinário, com carácter de urgência, bem como o reforço do Gabinete de Comunicação e Imagem, atualmente com apenas um elemento, podendo vir a integrar mais um técnico. Está igualmente prevista a contratação de um técnico superior para apoio às candidaturas a fundos comunitários, um engenheiro agrícola ou agrónomo para o Gabinete de Apoio à Agricultura e um especialista em sistemas de informação, neste caso através de reafetação de recurso já existente. -----

Quanto aos assistentes técnicos e operacionais, trata-se de uma previsão face às necessidades identificadas, designadamente para colmatar ausências por baixa médica ou aposentações. Sublinhou que o objetivo não é aumentar desmesuradamente a despesa, mas assegurar recursos humanos adequados ao bom funcionamento dos serviços. -----

Concluiu afirmando que o mapa de pessoal responde às necessidades identificadas e visa uma gestão organizada e eficiente dos recursos humanos. -----

**António Azevedo** referiu que a explicação apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara teria sido útil se tivesse sido previamente dada. Observou que existe uma estreita relação entre o mapa de pessoal e a organização dos serviços municipais, podendo uma reorganização justificar acréscimo de recursos humanos, embora também possa ocorrer sem aumento de efetivos, mediante correta afetação e racionalização dos meios existentes. -----

Sublinhou que, na era da digitalização, se impõe uma gestão orientada para a eficiência e otimização de recursos, procurando melhores resultados com custos semelhantes. Referiu ainda que o mapa de pessoal pode ser aprovado conjuntamente com o orçamento, mas tal não é legalmente obrigatório, existindo apenas uma relação de


complementaridade entre ambos. -----

Considerou que a proposta apresentada não se mostra suficientemente fundamentada quanto à realidade atual dos recursos humanos, nem esclarece eventuais opções como o reforço da administração direta. Assim, propôs que o documento fosse retirado para posterior análise, a apresentar numa próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

**O presidente de junta de freguesia de Aldeias, António José Fernandes,** fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

*“Dispensó-me de fazer considerações prévias e fico-me pelas seguintes questões. -----*

*Sob o ponto de vista político não está suficientemente explicado porque se reforça mais o pessoal de cariz administrativo e se reforça menos o pessoal de cariz operativo. -----*

*Relativamente à carreira de Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação pergunta-se quais são as aquisições de serviços que o município deixará de fazer e de pagar com a ocupação do lugar criado. -----*

*Explique-nos, também, a previsão da despesa com trabalho suplementar ou extraordinário.*

*Preparamo-nos para bater novo recorde. Não seria expetável que com mais trabalhadores houvesse menos trabalho suplementar?” -----*

**O presidente da Câmara Municipal,** em resposta à intervenção de António Azevedo, esclareceu que o orçamento e o mapa de pessoal foram analisados e votados separadamente. Referiu que o mapa de pessoal tem sido apresentado em moldes semelhantes nos últimos anos, podendo no futuro ser tornado mais explícito, mas não vislumbra fundamento para a sua retirada. Defendeu que a reorganização dos serviços deve avançar, assumindo o executivo essa responsabilidade, sublinhando que os dirigentes nomeados poderão ser exonerados caso não correspondam às expectativas, não sendo ninguém insubstituível. -----

Relativamente ao trabalho suplementar, referido na intervenção do Presidente de Junta de Aldeias, informou que está a ser desenvolvido trabalho conjunto com o Vereador

Luís Rodrigues para racionalizar recursos e reduzir o recurso a horas extraordinárias. Acrescentou que não será renovada a avença anual com o designer externo e que já foi comunicada a cessação da prestação de serviços do consultor jurídico do município, Dr. Gilberto, por existir jurista nos quadros da autarquia, visando a racionalização de custos. Concluiu apelando à coerência nas intervenções, salientando que é necessário compatibilizar a exigência de melhores serviços com a adequada afetação de recursos humanos. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 18 votos a favor e 10 abstenções (a saber: membros do grupo de cidadão eleitores do Novo Rumo, com exceção do presidente de junta de freguesia de Queimadela, Emmanuel Galvão). -----

#### **Encerramento da reunião** -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----


Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

#### **Forma de votação** -----

----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas de forma nominal com exceção do ponto três, cuja votação foi por escrutínio secreto. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às doze horas e vinte e dois minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente: 

Primeira secretária: 

Segunda-secretária: 